



Assú Transmissora de Energia Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Assú Transmissora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Assú Transmissora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração



Assú Transmissora de Energia Ltda.

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



Assú Transmissora de Energia Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026

PRICewaterhouseCOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PR066300/O-1

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>28.818</u>	<u>23.990</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.557	5.309
Clientes	5	883	892
Imposto a Recuperar		149	126
Estoques	6	2.311	2.311
Despesas Antecipadas		151	138
Ativo da Concessão	7	15.767	15.214
		<u>124.138</u>	<u>128.683</u>
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>			
Ativo da Concessão	7	124.061	128.576
Imobilizado		11	15
Intangível		66	92
TOTAL DO ATIVO		<u>152.956</u>	<u>152.673</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		7.089	7.399
Fornecedores	8	1.199	1.295
Empréstimos e Financiamentos	9	5.113	4.662
Obrigações Fiscais	10	403	267
Obrigações com Quotistas	11	-	908
Outras Obrigações	13	374	267
NÃO CIRCULANTE		73.004	78.730
Empréstimos e Financiamentos	9	62.037	67.313
Obrigações Fiscais Diferidas	12	9.410	9.677
Outras Obrigações	13	1.557	1.557
Adiantamento Futuro Aumento de Capital Social	14	-	183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	72.863	66.544
Capital Social		51.000	51.000
Reservas de Lucros		21.863	15.544
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		152.956	152.673

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Quota)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	16	16.099	16.278
(-) Custos Operacionais		(1.364)	(1.162)
Lucro Bruto		14.735	15.116
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		<i>(94)</i>	<i>(98)</i>
Gerais e Administrativas	17	(94)	(98)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		14.641	15.018
<i>Resultado Financeiro</i>	18	<i>(5.742)</i>	<i>(7.239)</i>
Receitas Financeiras		904	527
Despesas Financeiras		(6.646)	(7.766)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		8.899	7.779
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(932)	(786)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		122	89
Resultado Líquido do Exercício		8.089	7.082
Lucro por Quota:		0,159	0,139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	8.089	7.082
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	8.089	7.082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à disposição dos Quotistas	Lucros Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2023	51.000	1.120	7.342	-	59.462
Reversão Reserva Legal	-	(1.120)	1.120	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	7.082	7.082
Lucros a Disposição dos Quotistas	-	-	7.082	(7.082)	-
Em 31 de dezembro de 2024	51.000	-	15.544	-	66.544
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	8.089	8.089
Lucros a Disposição dos Quotistas	-	-	8.089	(8.089)	-
Distribuição de Lucros	-	-	(1.770)	-	(1.770)
Em 31 de dezembro de 2025	51.000	-	21.863	-	72.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
MÉTODO INDIRETO
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	8.089	7.779
Ajustado por:		
Amortização Ativo de Contrato	3.962	3.251
Obrigações Fiscais Diferidas	(267)	(194)
Depreciação e Amortização Intangível	30	28
Doações de Imobilizados Recebidos	-	(364)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	11.814	10.500
Cientes	9	(446)
Impostos a Recuperar	(23)	18
Despesas Antecipadas	(13)	2
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(27)	(426)
Fornecedores	(96)	33
Operação de Empréstimos e Financiamentos - Pagamentos	(9.574)	(10.366)
Operação de Empréstimos e Financiamentos - Capitalização	4.749	6.071
Obrigações Fiscais	136	(772)
Outras Obrigações	107	455
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(4.678)	(4.579)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	7.109	5.495
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizados	-	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	2
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	(183)	(3.608)
Lucros/Dividendos Distribuídos	(2.678)	(241)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(2.861)	(3.849)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.248	1.648
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.309	3.661
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	9.557	5.309

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Assú Transmissora de Energia Ltda. é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018, está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Empresa Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, e em 30 de dezembro de 2024 transformada em Empresa “Ltda”, segue sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações Ltda., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia Ltda. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

A subestação de Açú III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais compreendem as disposições contidas na legislação societária brasileira, em especial a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 25 de março de 2026.

NOTA 03 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E RISCOS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

3.4 Ativo da Concessão

A Assú é titular de uma “concessão” e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Empresa porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos

3.4.1 Ativo da Concessão – Indenizável

A remuneração da Empresa é garantida como um recebível relativo ao direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Empresa.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Empresa, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Empresa integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas.

3.4.2 Ativo da Concessão – Não Indenizável

Estes ativos da concessão estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo de Concessão estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão.

3.4.3 Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

3.4.4 Momento de reconhecimento do Ativo de Concessão

A Administração da Empresa reconhece os ativos de concessão com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos entram em operação.

3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos de concessão oriundos dos contratos de concessão

A Empresa reconhece o efeito de amortização dos ativos de concessão decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações.

3.5 Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.6 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

3.7 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.8 Forma de tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras, sendo aplicados para esta Empresa, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.10 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

3.11 Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel e/ou pelo seu prazo de concessão.

3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são:

- (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD);
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) Impairment dos ativos financeiros, imobilizados e intangíveis;
- (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa; e,
- (e) Ativos da Concessão.

3.13 Mensuração do Valor Justo

A Empresa mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.14. RISCOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.14.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um

ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.14.2 Gestão de risco financeiro

A companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

(b) Aplicações Financeiras: São classificadas como mantidas para negociação e mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

(c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

(d) Valor justo: Não há instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

(e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

3.14.3 Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

3.14.4 Risco de crédito

A companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e de suas políticas de crédito e cobrança.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

3.14.5 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

3.14.6 Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

3.15 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

Reforma tributária

A reforma tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI.

Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033.

Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir:

- **Impostos indiretos acumulados a recuperar:** tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS em 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS). Consequentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.
- **Tributos diferidos sobre o lucro:** pode impactar na alteração das projeções de geração de lucro tributável futuro das entidades, a partir de 2026. Portanto, pode alterar os valores realizáveis dos ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.
- **Divulgações (estimativas e julgamentos críticos):** considerando a relevância e abrangência das mudanças, assim como julgamentos associados, é importante avaliar divulgações adicionais decorrentes dos reflexos e impactos da Reforma tributária nas demonstrações financeiras impactadas.

Conforme esperado, os potenciais impactos contábeis listados acima não são exaustivos e estão em constante monitoramento pela administração.

Tributação de dividendos - Lei no 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei no 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei no 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos Conta Movimento	11	28
Aplicações Financeiras (i)	9.546	5.281
Total	9.557	5.309

(i) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Liquidez	2025	2024
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	6	4
Banco do Nordeste - BNB	Renda Fixa	Curto Prazo	4.136	3.715
Banco Itaú	Renda Fixa	Imediata	5.404	1.562
	Total		9.546	5.281

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Empresa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro, com média de rendimento de 101,78% da CDI no Itaú e com média de rendimento de 83,75% da CDI no BNB.

NOTA 05 - CLIENTES

	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2025	2024
Encargos de uso da rede elétrica	571	116	196	883	892
Total	571	116	196	883	892

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão. O saldo de clientes está demonstrado em Reais – R\$.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Empresa, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

NOTA 06 – ESTOQUES

	2025	2024
Materiais Sobressalentes	2.190	2.190
Adiantamentos à fornecedores	121	121
Total	2.311	2.311

NOTA 07 – ATIVOS DA CONCESSÃO

Síntese da movimentação do ativo da concessão

Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2024			31/12/2025			
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	151.465	(7.675)	143.790	(3.962)	151.465	(11.637)	139.828
		151.465	(7.675)	143.790	(3.962)	151.465	(11.637)	139.828

Ano Anterior

Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2023			31/12/2024			
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	151.101	(4.424)	146.677	(3.251)	151.465	(7.675)	143.790
		151.101	(4.424)	146.677	(3.251)	151.465	(7.675)	143.790

	2025	2024
Ativo da Concessão - Circulante	15.767	15.214
Ativo da Concessão - Não Circulante	124.061	128.576
Total	139.828	143.790

A concessão da **ASSÚ Transmissora de Energia Ltda.** está classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Empresa é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, que estão registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

A **Assú Transmissora de Energia Ltda.** realizou a implementação de trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II, os quais foram doados conforme prevê o contrato de concessão para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, no valor total de R\$ 57.023, o qual está incluído no total apresentado do Ativo de Concessão.

NOTA 08 – FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores	1.199	1.295
Total	1.199	1.295
A vencer em até 30 dias	1.199	1.295
Total	1.199	1.295
Em Reais R\$	1.199	1.295
Em Reais R\$	1.199	1.295

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Empresa.

NOTA 09 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025				Vencimento								
Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos	Acima de 5 anos	Total
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	5.113	62.037	5.113	5.113	5.592	6.096	6.648	38.588	67.150
Total						5.113	5.113	5.592	6.096	6.648	38.588	67.150

Em 31 de Dezembro de 2024				Vencimento								
Banco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 Anos	Acima de 5 anos	Total
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	4.662	67.313	4.662	4.656	5.112	5.592	6.096	45.857	71.975
Total						4.662	4.656	5.112	5.592	6.096	45.857	71.975

Os financiamentos estão garantidos por quotas da Sociedade. São reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados o saldo devedor atualizado. Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”).

Saldos em 2023	76.270
Pagamentos de Principal	(4.236)
Pagamentos de Juros	(6.130)
Juros Capitalizados	6.071
Saldos em 2024	71.975
Pagamentos de Principal	(4.656)
Pagamentos de Juros	(4.918)
Juros Capitalizados	4.749
Saldos em 2025	67.150

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2025	2024
IRPJ a Recolher	211	126
CSLL a Recolher	98	65
Pis a Recolher	11	10
Cofins a Recolher	54	47
INSS a Recolher	11	9
Pis/Cofins e CSLL a Recolher	11	5
ISS a Recolher Terceiros	5	4
IRRF a Recolher	2	1
Total	403	267

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS

	2025	2024
Obrigações Com Acionistas/Quotistas	-	908
Total	-	908

O montante de R\$ 908 (foi liquidado durante o exercício de 2025. Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa “S.A.” e transformou-se em uma empresa “LTDA”.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDOS

	2025	2024
Ativo da Concessão - Circulante	15.767	15.214
Ativo da Concessão - Não Circulante	124.061	128.576
Total do Ativo de Concessão	139.828	143.790
<hr/>		
IRPJ Diferido	3.167	3.256
CSLL Diferida	1.140	1.172
Pis Diferido	909	935
Cofins Diferido	4.194	4.314
Total	9.410	9.677

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ativo da concessão. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 122 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2024). As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, detalhamento do Ativo de Concessão, ver nota explicativa 07.

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2025	2024
Encargos Setoriais a Recolher	374	267
Instalações Recebidas em Transferência	1.557	1.557
Total	1.931	1.824
<hr/>		
Curto Prazo	374	267
Longo Prazo	1.557	1.557
Total	1.931	1.824

As instalações recebidas em transferência referem-se a bens recebidos sem ônus à Empresa, devendo ser integrados ao patrimônio da união ao final do período de concessão. Estas instalações estão registradas como contrapartida no Ativo da Concessão (Nota 08)

NOTA 14 - ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

O Saldo de R\$ 183 refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital da Empresa o qual foi liquidado durante o exercício de 2025.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social subscrito é de R\$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais), dividido em 51.000.000 quotas sem valor nominal, que em 31/12/2025 representa o montante de R\$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais).

As Reservas de Lucro foram constituídas com o objetivo de reter parte dos lucros gerados pela empresa, visando fortalecer sua posição financeira e garantir maior flexibilidade para enfrentar futuras necessidades de investimentos ou contingências, está medida visa fortalecer sua estrutura de capital e lidar com eventuais desafios econômicos, sempre com o objetivo de preservar sua saúde financeira a longo prazo.

NOTA 16 - REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS DA CONCESSÃO, LÍQUIDA

	2025	2024
Receita de Construção	-	18
Receita de O&M	3.291	3.613
Receita Financeira	13.631	13.509
Receita Operacional Bruta	16.922	17.140
	2025	2024
(-) Pis	(111)	(114)
(-) Cofins	(512)	(528)
(-) Encargos Setoriais	(200)	(220)
(-) Deduções da Receita	(823)	(862)
Receita Operacional Líquida	16.099	16.278

NOTA 17 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de terceiros	(23)	(60)
Despesas Legais	(45)	(37)
Manutenção	(19)	-
Outros	(7)	(1)
(-) Gerais e Administrativas	(94)	(98)

NOTA 18 - RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2025	2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	736	506
Ajuste a Valor Presente	-	2
Juros sobre recebimentos de Faturas em Atraso	168	-
Outras Receitas	-	19
Receitas Financeiras	904	527
Despesas Financeiras	2025	2024
(-) Despesas Bancárias	(64)	(83)
(-) Juros Sobre Financiamentos	(4.918)	(6.130)
(-) Carta Fiança	(947)	(854)
(-) Variações Monetárias	(37)	(19)
(-) Amortização do Ajuste a Valor Presente	(680)	(680)
(-) Despesas Financeiras	(6.646)	(7.766)
Resultado Financeiro	(5.742)	(7.239)

NOTA 19 – RECONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA DE IRPJ E CSLL

A Companhia é tributada com base no regime de lucro presumido, no qual a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é determinada mediante a aplicação de percentuais de presunção sobre a receita bruta, conforme legislação vigente.

Para fins de análise gerencial e atendimento às práticas de divulgação requeridas, a Companhia apresenta a reconciliação entre a despesa tributária calculada com base nas alíquotas nominais e os valores efetivamente reconhecidos no resultado:

Descrição	2025	2024
Remuneração de Transmissão	21.058	20.476
Base presumida IRPJ (8%)	1.685	1.638
Base presumida CSLL (12%)	2.527	2.457
Outras Receita Obtidas	904	526
Base presumida IRPJ	2.589	2.164
Base presumida CSLL	3.431	2.983
IRPJ (15%)	388	325
IRPJ (10%)	235	193
CSLL (9%)	309	268
Despesa total de IRPJ e CSLL	932	786
Alíquota efetiva sobre a receita (%)	4,43%	3,84%

No regime de lucro presumido, diferentemente do lucro real, não há uma reconciliação direta entre o resultado contábil e a base tributável, uma vez que os tributos são apurados com base em margens de presunção definidas pela legislação fiscal.

Dessa forma, a alíquota efetiva observada decorre da aplicação combinada das alíquotas de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL sobre as bases presumidas de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente.

A Administração entende que a carga tributária apurada reflete adequadamente o regime fiscal adotado pela Companhia, não havendo diferenças relevantes a serem reconciliadas entre a base contábil e fiscal, exceto aquelas inerentes ao próprio modelo de tributação presumida.

NOTA 20 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Empresa, amparada na opinião dos assessores jurídicos, estima que não há provisões para contingências a serem constituídas ou divulgadas para cobrir eventuais perdas com processos judiciais em 2025.

NOTA 21- COMPROMISSOS

Sociedade possui compromissos contratuais assumidos no âmbito dos contratos de concessão, os quais estabelecem obrigações relacionadas, principalmente, à realização de investimentos, à operação e manutenção da infraestrutura concedida, bem como ao atendimento de níveis mínimos de qualidade e disponibilidade dos serviços prestados.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avalia que a Sociedade possui capacidade operacional e financeira para cumprir os compromissos assumidos nos contratos de concessão vigentes, não sendo identificadas situações que possam comprometer a continuidade do cumprimento dessas obrigações.